



A encíclica Laudato Si': ecologia integral, gênero e ecologia profunda

The Encyclical Laudato Si': integral ecology, gender and deep ecology

José Eustáquio Diniz Alves*

Resumo

O Papa Jorge Mario Bergoglio lançou a “Carta encíclica Laudato Si’: sobre o cuidado da casa comum” no dia 18 de junho de 2015, mesmo dia em que a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA) mostrou que a temperatura da Terra continua aumentando e que maio de 2015 foi o mês mais quente da Terra desde 1880. Ao endossar o conhecimento científico em relação aos fatores antropogênicos do aquecimento global e defender ações para enfrentar as causas das mudanças climática e da degradação dos ecossistemas, a Santa Sé deu um passo fundamental para colocar os católicos na vanguarda da luta ecológica mundial e para estimular a assinatura de um Tratado Global, para substituir o Protocolo de Kyoto na 21ª Conferência das Partes (COP-21), que vai ocorrer em dezembro, em Paris. Mas a encíclica do Papa Francisco se propõe uma tarefa maior que é a defesa dos pobres dos países pobres, abordando de maneira conjunta o ambiente humano e o ambiente natural, na perspectiva de uma ecologia integral. O objetivo deste texto é analisar os avanços e as limitações das proposições da encíclica Laudato Si' e ampliar o diálogo sobre as relações de gênero e a ecologia profunda.

Palavras chave: Encíclica Laudato Si'; Ecologia integral, relações de gênero, ecologia profunda.

Abstract

Pope Jorge Mario Bergoglio released the "Encyclical Laudato Si': on the care of common home" on June 18, 2015, the same day that the National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA) has shown that the temperature of Earth continues increasing and that May of 2015 was Earth's warmest month, since 1880. By endorsing the scientific knowledge in relation to anthropogenic factors on global warming and by defending actions to confront the causes of climate change and ecosystem degradation, the Holy See has taken a key step to put Catholics at the forefront of global ecological struggle and to encourage the signing of the global treaty to replace the Kyoto Protocol at the 21st Conference of the Parties (COP-21), that will take place in December in Paris. But the encyclical of Pope Francis proposes a larger task that is to protect the poorest of the poor countries, addressing jointly the human environment and the natural environment from the perspective of an integral ecology. The purpose of this paper is to analyze the advances and limitations of the propositions of the encyclical Laudato Si' and to expand the dialogue on gender relations and deep ecology.

Keywords: Encyclical Laudato Si', Integral ecology, Gender relations, Deep ecology.

Artigo recebido em: 06 de julho de 2015 e aprovado em 24 de setembro de 2015.

* Doutor em Demografia pelo Cedeplar/UFMG. Pesquisador titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ENCE/IBGE. País de Origem: Brasil. E mail: jed_alves@yahoo.com.br.

Introdução

As cartas encíclicas são documentos papais dirigidos aos católicos de todo mundo. Pela primeira vez um papa dedica um documento desse tipo totalmente ao tema do cuidado com a “Casa Comum”. A encíclica ecológica do papa Francisco - cujo título "Laudato Si" ("Louvado sejas") faz referência ao Cântico das Criaturas, poema em que São Francisco de Assis chama o Sol, a Lua, a Água e a Terra de irmãos e irmãs - diz que o combate ao aquecimento global e à degradação do meio ambiente é um imperativo moral para todos os católicos. Ao invés de dominar e explorar de forma predatória os ecossistemas, o ser humano deveria cuidar da “comunidade de vida” do planeta. A encíclica é um chamado à ação e veio em boa hora, podendo contribuir para o engajamento dos cristãos na defesa dos ecossistemas, da biodiversidade e para que a Conferência das Partes (COP-21) que vai reunir cerca de 200 países, em Paris, em dezembro de 2015, possa deliberar sobre um novo tratado do clima que substitua o limitado Protocolo de Kyoto, de 1997.

Os católicos somam cerca de 1,2 bilhão de pessoas e junto com 1 bilhão de evangélicos formavam um contingente de 2,2 bilhões de cristãos, representando 31,5% da população mundial de cerca de 7 bilhões de habitantes em 2010 (PEW, 2012). Mas, independentemente do tamanho do seu rebanho, a mensagem do papa Francisco tem um apelo global sobre “o cuidado da casa comum” e no reconhecimento de que a intervenção humana está por detrás das alterações climáticas e da destruição sem precedentes dos ecossistemas da Terra. A mensagem do Papa tem força moral para influenciar a opinião pública católica, cristã e até de outras religiões e das pessoas sem filiação religiosa: “Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos [...] Precisamos de nova solidariedade universal” (§ 14).

O mais importante a destacar é que a Santa Sé reconheceu “Inúmeros estudos científicos que demonstram que nas últimas décadas o aquecimento global foi principalmente resultado de uma grande concentração de gases com efeito de estufa em função da atividade humana”. O Papa censurou as pessoas e as atitudes dos que continuam travando uma solução para a elaboração de um acordo internacional para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, se opôs àqueles que negam os fatores antropogênicos das mudanças climáticas e ironizou a crença ilimitada nas capacidades técnicas, como se o poder da tecnologia fosse uma força do mundo superior.

A encíclica acrescenta que o atual sistema econômico acumula um duplo fracasso: globalizou a pobreza e também globalizou a indiferença. O leitmotiv do documento é “Tudo está interligado” (§ 240). O Papa pede uma inversão completa de valores e mira, com 800 anos de distância, no exemplo de São Francisco de Assis e no amor aos desvalidos da sociedade e do meio ambiente: “há um mistério a contemplar numa folha, numa vereda, no orvalho, no rosto do pobre” (§ 233).

A encíclica Laudato Si’ gerou um grande debate na comunidade internacional e, evidentemente, não obteve unanimidade. De modo geral, recebeu muitos elogios por parte dos setores de esquerda, de ambientalistas e progressistas, mas, por outro lado, recebeu diversas críticas por parte dos “céticos do clima”, dos setores conservadores à direita do espectro político e dos defensores incondicionais do livre mercado. Como era de se esperar, em uma sociedade mundial fragmentada e plural – própria da modernidade reflexiva (BECK, GIDDENS, LASH, 1997) - há também diversos pontos e passagens da encíclica que são objetos de debate e questionamento por diferentes atores sociais, como veremos a seguir.

1 A degradação da casa comum

O cientista britânico James Lovelock (1989) elaborou, na década de 1970, a Hipótese Gaia afirmando que a Terra (Gaia, para os antigos gregos) é um sistema complexo, integrado e autorregulado, em que os organismos vivos e o ambiente físico evoluem sofrendo influências recíprocas, onde acontece a preservação da vida, preferivelmente em homeostase. Contudo, este organismo vivo, inteligente e sensível está sofrendo com a excessiva interferência humana no funcionamento normal de Gaia. Por conta disto, outros cientistas falam em Antropoceno - época em que as atividades antrópicas estariam afetando e degradando globalmente o planeta – (CRUTZEN, 2002) e “Intrusão de Gaia” (STENGERS, 2009).

Em conformidade com o pensamento científico, o papa Francisco também reconhece que em decorrência da “intensificação dos ritmos de vida e trabalho” o ambiente natural está cheio de feridas produzidas pelo comportamento irresponsável do ser humano. No capítulo I, ele enumera diversos problemas ambientais: poluição, acidificação do solo e da água causada pelos fertilizantes, inseticidas, fungicidas, pesticidas e agrotóxicos em geral, milhões de toneladas de resíduos, muitos deles não biodegradáveis: resíduos domésticos e comerciais, detritos de demolições, resíduos clínicos, eletrônicos e industriais, resíduos altamente tóxicos e radioativos, tudo isto intimamente ligados à cultura do descarte. Em seguida o Papa reafirma o consenso científico “que estamos perante um preocupante aquecimento do sistema climático” e diz que:

numerosos estudos científicos indicam que a maior parte do aquecimento global das últimas décadas é devida à alta concentração de gases com efeito de estufa (anidrido carbônico, metano, óxido de azoto, e outros) emitidos, sobretudo por causa da atividade humana. A sua concentração na atmosfera impede que o calor dos raios solares refletidos pela terra se dilua no espaço. Isto é particularmente agravado pelo modelo de desenvolvimento baseado no uso intensivo de combustíveis fósseis, que está no centro do sistema energético mundial. E incidiu também a prática crescente de mudar a utilização do solo, principalmente o desflorestamento para finalidade agrícola (§ 23).

Além da questão climática, a encíclica mostra o efeito do processo de “carbonização” sobre os ecossistemas e sobre a cadeia alimentar:

Por sua vez, o aquecimento influi sobre o ciclo do carbono. Cria um ciclo vicioso que agrava ainda mais a situação e que incidirá sobre a disponibilidade de recursos essenciais como a água potável, a energia e a produção agrícola das áreas mais quentes e provocará a extinção de parte da biodiversidade do planeta. O derretimento das calotas polares e dos glaciares a grande altitude ameaça com uma libertação, de alto risco, de gás metano, e a decomposição da matéria orgânica congelada poderia acentuar ainda mais a emissão de anidrido carbônico. Entretanto a perda das florestas tropicais piora a situação, pois estas ajudam a mitigar a mudança climática. A poluição produzida pelo anidrido carbônico aumenta a acidez dos oceanos e compromete a cadeia alimentar marinha. Se a tendência atual se mantiver, este século poderá ser testemunha de mudanças climáticas inauditas e duma destruição sem precedentes dos ecossistemas, com graves consequências para todos nós. Por exemplo, a subida do nível do mar pode criar situações de extrema gravidade, se se considera que um quarto da população mundial vive à beira-mar ou muito perto dele, e a maior parte das megacidades estão situadas em áreas costeiras (§ 24).

Fazendo eco com os autores que abordam os limites do crescimento (MEADOWS, 1972), a encíclica trata de indicadores sobre a situação atual do “esgotamento dos recursos naturais” (§ 27). A água potável e limpa constitui uma questão de primordial importância: “Um problema particularmente sério é o da qualidade da água disponível para os pobres, que diariamente ceifa muitas vidas (§ 29). A escassez de água provocará o aumento do custo dos alimentos e o controle da água por grandes empresas mundiais pode se transformar “numa das principais fontes de conflitos deste século” (§ 31). Reforçando os estudos que mostram que estamos caminhando para a sexta extinção em massa de espécies (KOLBERT, 2014) o Papa mostra que “A perda de florestas e bosques implica simultaneamente a perda de espécies” e “Anualmente, desaparecem milhares de espécies vegetais e animais, que já não poderemos conhecer, que os nossos filhos não poderão ver, perdidas para sempre. A grande maioria delas extingue-se por razões que têm a ver com alguma atividade humana” (§ 33). A acidificação dos mares é uma grande ameaça à biodiversidade, pois “Os oceanos contêm não só a maior parte da água do planeta, mas também a maior parte da vasta variedade dos seres vivos, muitos deles ainda desconhecidos para nós e ameaçados por diversas causas” (§ 40).

O Papa menciona também “os pulmões do planeta repletos de biodiversidade que são a Amazônia e a bacia fluvial do Congo” e em seguida critica os enormes interesses econômicos internacionais que, a pretexto de cuidar deles (pulmões do planeta), “podem atentar contra as soberanias nacionais” (§ 38). Neste ponto, o Papa reforça os pensamentos nacionalistas e patrióticos, embora em outras partes da encíclica haja críticas às forças econômicas internas que contribuem para a destruição da Amazônia. De fato, não se pode ignorar a ação degradadora dos garimpeiros, dos madeireiros, da Usina de Belo Monte, da Zona Franca de Manaus, das rodovias e ferrovias, das mineradoras, etc. O mesmo acontece nas florestas da República do Congo.

Enfim, a encíclica mostra que os maiores efeitos do aquecimento global e da degradação ambiental devem recair sobre os pobres, especialmente aqueles dos países mais pobres, o que deve gerar muitos refugiados do clima. O Papa critica os modelos atuais de produção e consumo e denuncia as tentativas de mascarar os problemas ou ocultar os seus sintomas. Ele defende a substituição dos combustíveis fósseis pela energia limpa e renovável, o aumento da eficiência energética e o menor uso de matérias-primas, evitando transformar o nosso planeta numa imensa lixeira. Este tipo de posicionamento é muito importante, pois reforça a campanha do desinvestimento em combustíveis fósseis, a mudança da matriz energética e o processo de descarbonização da economia (ALVES, 2015a).

2 Norte versus sul e a dívida ecológica

Tratando da Desigualdade planetária, a encíclica considera que “O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social (§ 48). Na perspectiva de que tudo está interligado, a encíclica considera que “uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates

sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (§ 49). Em seguida diz: “A desigualdade não afeta apenas os indivíduos mas países inteiros e obriga a pensar numa ética das relações internacionais. Com efeito, há uma verdadeira ‘dívida ecológica’, particularmente entre o Norte e o Sul” (§ 51). E completa: “A dívida externa dos países pobres transformou-se num instrumento de controle, mas não se dá o mesmo com a dívida ecológica” (§ 52).

Neste ponto o Papa reitera a ideia das “responsabilidades comuns mas diferenciadas” e ataca o poder do capital financeiro que funciona como um mecanismo de perpetuação de desigualdades e privilégios entre os países. Embora não haja como discordar destes pontos, há duas questões que precisariam ser melhor qualificadas quanto se trata das desigualdades internacionais. Primeiro, é que, em geral, há uma associação entre os interesses das elites nacionais (antigamente se dizia “burguesia nacional”) e as elites do capitalismo financeiro global, de tal forma que existe uma associação entre as desigualdades nacionais e as desigualdades internacionais. Parcelas privilegiadas da população dos países do Sul reforçam as consequências da dívida financeira e ambiental que recaem sobre as parcelas pobres das diversas sociedades. Em segundo lugar, o nível de consumo médio dos países do Sul Global também já ameaça o esgotamento dos recursos naturais. Segundo a metodologia Footprint Network, os 5,6 bilhões de habitantes dos países do Sul Global, em 2008, tinham uma pegada ecológica total de 12,2 bilhões de hectares globais (gha), superior à capacidade de carga (biocapacidade) do Planeta. Desta forma, mesmo em uma situação hipotética em que os países do Norte Global chegassem a um consumo zero, ainda assim o mundo não se livraria dos problemas ambientais e estaria com uma pegada ecológica acima da biocapacidade (ALVES, 2013).

Ou seja, os países ricos tem uma dívida com os países pobres, mas ambos tem uma dívida com o meio ambiente. Os países pobres são vítimas, mas não deixam de ser, de modos diferenciados, agressores da natureza. O caso da China é

exemplar, pois embora ainda seja classificado como pertencente ao Sul Global, se transformou no país com maiores níveis de poluição e com maiores níveis de emissão de gases de efeito estufa. Portanto, um dos grandes desafios globais é erradicar a pobreza no Terceiro Mundo sem destruir ainda mais os ecossistemas, combatendo as injustiças sociais e as injustiças ambientais.

A encíclica considera que a propriedade privada em geral (e os recursos naturais em particular) é eticamente justificável apenas se servir ao bem comum. Desta forma, apoia as negociações internacionais para redução das emissões nacionais de gases de efeito estufa, mas critica os mecanismos de mercado que tendem a perpetuar a dependência dos combustíveis fósseis:

A estratégia de compra-venda de ‘créditos de emissão’ pode levar a uma nova forma de especulação, que não ajudaria a reduzir a emissão global de gases poluentes. Este sistema parece ser uma solução rápida e fácil, com a aparência dum certo compromisso com o meio ambiente, mas que não implica de forma alguma uma mudança radical à altura das circunstâncias. Pelo contrário, pode tornar-se um diversivo que permite sustentar o consumo excessivo de alguns países e setores (§ 171).

Para os países pobres, as prioridades devem ser a erradicação da miséria, o desenvolvimento social dos seus habitantes e o combate à corrupção. Como se sabe, as relações Norte versus Sul são marcadas pela escassez em meio à superabundância. Para minorar o conflito entre o “consumo obsessivo” dos ricos e as carências dos pobres no acesso aos bens e serviços essenciais, o Papa assume a perspectiva do decrescimento (LATOUCHE, 2009), que pela primeira vez é assumida de forma explícita por um Chefe de Estado. Ele diz:

Assim, se nalguns casos o desenvolvimento sustentável implicará novas modalidades para crescer, noutras casos – face ao crescimento ganancioso e irresponsável, que se verificou ao longo de muitas décadas – devemos pensar também em abrandar um pouco a marcha, pôr alguns limites razoáveis e até mesmo retroceder antes que seja tarde. Sabemos que é insustentável o comportamento daqueles que consomem e destroem cada vez mais, enquanto outros ainda não podem viver de acordo com a sua dignidade humana. Por isso, chegou a hora de aceitar um certo decréscimo do consumo nalgumas partes do mundo, fornecendo recursos para que se possa crescer de forma saudável noutras partes (§ 193).

Ou seja, em uma situação de crescimento vegetativo negativo da população dos países ricos, o decrescimento da economia e do consumo seria uma forma de possibilitar a redução das emissões de gases de efeito estufa e a redução da degradação ambiental, abrindo espaço para o crescimento das economias do “Terceiro Mundo” e para a redução das desigualdades internacionais. Esta seria a forma de reduzir a pobreza nos países pobres, sem ultrapassar ainda mais os limites da exploração do planeta. O senador Cristovam Buarque (27/06/2015) - que há muitos anos escreve sobre as restrições físicas ao crescimento econômico, a impossibilidade de o consumo supérfluo fazer a humanidade mais feliz e que defende a ideia do decrescimento – elogiou o documento da Santa Sé:

Com sua encíclica, o Papa Francisco se sintoniza com a crise civilizatória e humanitária - desequilíbrio ecológico, divisão social, migração em massa, desemprego, violência, intolerância - e propõe a necessidade de construirmos uma nova civilização, na qual o crescimento seja um instrumento, mas não o propósito em si; e o decrescimento na produção em alguns lugares e para certas camadas da sociedade passe a fazer parte das estratégias de evolução humana. Com sua autoridade moral, ele contribui para que o debate não mais seja entre o socialismo, que não deu respostas, e o capitalismo, que deu respostas erradas, mas entre a civilização regida pela ‘teologia do crescimento’ e a civilização orientada pela ‘teologia da harmonia’ entre os seres humanos e destes com a natureza que os sustém (BUARQUE, 2015, p.7).

3 Humanae vitae e os direitos reprodutivos

Depois de combater o consumismo, a cultura do descarte e até o decrescimento da superabundância da economia dos países ricos, a encíclica *Laudato Si'* trata da dinâmica demográfica:

Em vez de resolver os problemas dos pobres e pensar num mundo diferente, alguns limitam-se a propor uma redução da natalidade. Não faltam pressões internacionais sobre os países em vias de desenvolvimento, que condicionam as ajudas econômicas a determinadas políticas de «saúde reprodutiva». Mas, ‘se é verdade que a desigual distribuição da população e dos recursos disponíveis cria obstáculos ao desenvolvimento e ao uso sustentável do ambiente, deve-se reconhecer que o crescimento demográfico é plenamente compatível com um desenvolvimento integral e solidário’. Culpar o incremento demográfico em vez do consumismo exacerbado e seletivo de alguns é uma forma de não enfrentar os problemas (p. 16).

Realmente o padrão de consumo conspícuo e o “consumismo obsessivo” causam um dano enorme ao meio ambiente. Mas não dá para ignorar a questão do crescimento populacional ilimitado. Não existe consumo sem população e nem população sem consumo. É verdadeiro que não devemos colocar a culpa de todos os problemas ambientais no crescimento demográfico. Mas isto não justifica a posição da Igreja de ser contra o uso dos métodos contraceptivos modernos e até contra o uso de preservativo, como instrumento para o sexo seguro e a proteção contra as doenças sexualmente transmissíveis.

Ou seja, mesmo na prevalência de um Estado Laico, por questões doutrinárias é possível compreender a oposição da Santa Sé à legalização do aborto, mas é difícil compreender a oposição aos direitos reprodutivos em uma época que existem cerca de 215 milhões de mulheres no mundo sem acesso aos métodos de regulação da fecundidade, segundo a Organização Mundial da Saúde (SOARES, 2013). Tanto os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), que terminam em 2015, quanto os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – que vão moldar a agenda internacional pós-2015 – falam sobre a necessidade de alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva.

Na verdade, seria importante que o Vaticano repensasse a encíclica *Humanae Vitae*, do papa Paulo VI, de 1968. Há setores da igreja que postulam a revisão das posições sobre os direitos sexuais e reprodutivos. “Em editorial de 23 de janeiro de 2015, a revista *National Catholic Reporter* afirma que a encíclica *Humanae Vitae* tem sido um sério impedimento à autoridade católica e que o seu texto criou um abismo entre os prelados e os padres, entre a hierarquia e os fiéis” (ALVEZ, 2015b). Ou seja, segundo esses setores da própria igreja Católica, há um clamor para a revisão da doutrina, das práticas e dos “dogmas” sobre a reprodução humana.

O tamanho da população mundial não é um problema em si. Mas o crescimento demográfico geralmente vem acompanhado pelo crescimento do consumo, fazendo crescer as atividades antrópicas e as áreas ecúmenas. Segundo Daly (2015), o custo de oportunidade dos recursos naturais varia conforme o

tamanho da presença humana no planeta. O autor vale-se da metáfora do “mundo vazio” e do “mundo cheio” para contrastar as diferenças entre uma época histórica em que o mundo apresentava baixa densidade populacional e padrões de consumo restritos com a época atual em que o volume da população e os padrões de consumo ultrapassaram as fronteiras planetárias (ROCKSTRÖM, 2015) e a pegada ecológica supera em 50% a biocapacidade da Terra (WWF, 2014). No “mundo cheio”, a obsessão com o crescimento econômico nos coloca no caminho do colapso ecológico. Para reverter essa trajetória sinistra, Daly (2015) propõe a transição para uma economia de estado estacionário com foco no desenvolvimento qualitativo, ao contrário do crescimento quantitativo.

De fato, o crescimento demográfico que era lento, se acelerou depois da Revolução Industrial e Energética e assumiu um ritmo acelerado no século XX, quando a população do globo aumentou cerca de 4 vezes, passando de 1,56 bilhão de habitantes em 1900 para 6,10 bilhões de habitantes no ano 2000, um acréscimo de 4,5 bilhões de pessoas em apenas 100 anos. O ritmo de crescimento demográfico diminuiu no século XXI, em um “mundo cheio”, houve o acréscimo de 1 bilhão de habitantes somente entre 2000 e 2011. A Divisão de População da ONU estima, na projeção média, que a população mundial alcance 10,9 bilhões de habitantes em 2100. Se esta projeção se confirmar, o século XXI terá o maior acréscimo absoluto no volume populacional de todos os tempos, com uma aumento de 4,8 bilhões de habitantes entre 2000 e 2100. E a maior parte desse aumento ocorrerá nos países pobres e que não contam com políticas de proteção social para as gerações presentes, podendo jogar diversos países no círculo vicioso da “armadilha da pobreza”.

Segundo Azariadis (2006), um país encontra-se em círculo vicioso quando a situação de pobreza convive com baixos níveis de investimento em educação e saúde pública, quando existem altas taxas de mortalidade infantil, grande insegurança pública, baixa esperança de vida, reduzido tempo de vida dedicado ao trabalho produtivo, baixo investimento em infraestrutura e baixos investimentos

em setores produtivos, ciência e tecnologia, etc. A armadilha da pobreza seria uma situação em que o alto crescimento do número de pessoas em situação de miséria dificultaria a redução da percentagem da população pobre do país. O autor considera que para sair da armadilha da pobreza é preciso garantir uma boa governança, manter a estabilidade institucional, combater os governos cleptomaniacos, aumentar os investimentos em políticas públicas de educação, saúde e habitação, reduzir as taxas de mortalidade infantil e de fecundidade, aumentar o percentual da população em idade ativa, aumentar a esperança de vida, aumentar as taxas de poupança e investimentos, aprofundar a base técnica para a produção de bens e serviços e para a maior geração de empregos e proteção social, etc. Somente com mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais se pode passar do círculo vicioso para o círculo virtuoso do desenvolvimento humano e ambientalmente sustentável.

Portanto, controlar o “consumo obsessivo dos ricos” e evitar o crescimento desregrado da população dos países pobres – devido à falta de direitos de cidadania, responsável pela generalização do fenômeno da gravidez indesejada – são duas tarefas que devem ser enfrentadas em conjunto, para o bem da natureza e “o cuidado da casa comum”.

4 Antropocentrismo versus biocentrismo

O iluminismo imaginou a modernidade como o triunfo da razão: “Ousa servir-te de tua razão! Eis a divisa do Iluminismo” (KANT, 1985, p.25). O projeto da modernidade, enquanto secularização, urbanização, industrialização, se caracterizou pela promoção do progresso mediante a incorporação de princípios de racionalidade e hierarquia na vida pública e da vida artística. Para Touraine

a modernidade foi a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelo interesse, mas também pela vontade de se libertar de todas as opressões (TOURAINÉ, 1994, p. 9).

A encíclica do papa Francisco critica esta concepção de modernidade e considera que em lugar da centralidade de Deus, o ser humano moderno foi ocupando o centro do universo, passando a assumir uma visão de mundo progressivamente antropocêntrica. O antropocentrismo da modernidade acabou, paradoxalmente, por colocar a razão técnica acima da realidade:

Nos tempos modernos, verificou-se um notável excesso antropocêntrico, que hoje, com outra roupagem, continua a minar toda a referência a algo de comum e qualquer tentativa de reforçar os laços sociais. Por isso, chegou a hora de prestar novamente atenção à realidade com os limites que a mesma impõe e que, por sua vez, constituem a possibilidade dum desenvolvimento humano e social mais saudável e fecundo. Uma apresentação inadequada da antropologia cristã acabou por promover uma concepção errada da relação do ser humano com o mundo. Muitas vezes foi transmitido um sonho prometeico de domínio sobre o mundo, que provocou a impressão de que o cuidado da natureza fosse atividade de fracos. Mas a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável (§ 116).

A crítica do Papa ao antropocentrismo ocorre em função do processo que Max Weber (1967) chamava de racionalização e desencantamento do mundo. A encíclica busca reinterpretar uma possível leitura antropocêntrica do livro do Gênesis, do Antigo Testamento, quando diz: "Frutificai, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra". O Papa substitui a imagem de um ser humano dominador pela ideia de "cuidador" e "administrador responsável".

A encíclica *Laudato Si'* também critica a tecnocracia e o que se chama sociedade tecnofílica, aquela em que a tecnologia dita o ritmo de vida das pessoas dentro de casa, no transporte, no trabalho, no lazer, etc. Sem dúvida, o crescimento da civilização humana deve muito à incorporação do progresso técnico. De fato, a defesa da tecnologia como panaceia para a solução de todos os problemas humanos e ambientais não passa de um mito. Existem muitos cientistas que concordam com o papa Francisco neste aspecto. Gray (2013) considera que o poder da tecnologia e dos avanços da racionalidade humana tem servido muito

mais para aumentar o poder do ser humano sobre o planeta do que uma forma de evitar a degradação ambiental. Michael e Joyce Huesemann (2011) consideram suicida a confiança exacerbada na tecnologia e na crença de que ela vai salvar o meio ambiente, pois muitas invenções estão causando mais mal do que bem. O progresso humano tem causado regresso ambiental.

Mas, embora a encíclica papal faça uma crítica à tecnocracia e ao antropocentrismo, ela permanece considerando o homem como um ser especial e, em alguns aspectos, permanece dentro do campo antropocêntrico, especialmente quando faz uma crítica ao biocentrismo: “Quando a pessoa humana é considerada apenas mais um ser entre outros, que provém de jogos do acaso ou dum determinismo físico, ‘corre o risco de atenuar-se, nas consciências, a noção da responsabilidade’. Um antropocentrismo desordenado não deve necessariamente ser substituído por um biocentrismo” (§ 118).

Neste ponto, o Papa parece ficar aquém de São Francisco de Assis, protetor dos irmãos animais e das irmãs plantas. Por exemplo, a encíclica condena o sofrimento imposto aos animais, mas não chega a combater a alimentação cárnea e nem trata da dieta vegetariana (ou vegana), temas mais próximos do espírito do autor do Cântico das Criaturas. A encíclica diz:

embora o ser humano possa intervir no mundo vegetal e animal e fazer uso dele quando é necessário para a sua vida, o Catecismo ensina que as experimentações sobre os animais só são legítimas ‘desde que não ultrapassem os limites do razoável e contribuam para curar ou poupar vidas humanas’. Recorda, com firmeza, que o poder humano tem limites e que ‘é contrário à dignidade humana fazer sofrer inutilmente os animais e dispor indiscriminadamente das suas vidas’. Todo o uso e experimentação ‘exige um respeito religioso pela integridade da criação’ (§ 130).

Autores como Riechmann (2004) falam da agricultura como cuidado da terra, como uma cultura do agro. Outros criticam a prática de criar, escravizar e matar animais para a alimentação humana. Como mostrou Singer (1990) a libertação animal também é a libertação humana. Na perspectiva da defesa dos direitos dos animais, cresce o movimento contra o especismo, que é a discriminação com base nas desigualdades entre espécies, que ocorre, em geral,

quando os seres racionais se consideram superiores aos demais seres vivos, inclusive, superiores aos seres sencientes não-rationais (END OF SPECIESISM, 2015). O especismo é uma das consequências do antropocentrismo, que é a concepção que coloca o ser humano no centro das atenções do mundo, definindo a humanidade como a única espécie sujeita de direitos. Cresce também o movimento contra o ecocídio (ERADICATING ECOCIDE, 2015), que é um crime contra a biodiversidade e que acontece em função do especismo e da ganância humana.

A encíclica cita uma passagem em que São Francisco de Assis “pedia que, no convento, se deixasse sempre uma parte do horto por cultivar para aí crescerem as ervas silvestres, a fim de que, quem as admirasse, pudesse elevar o seu pensamento a Deus, autor de tanta beleza” (§ 12). Isto mostra que o autor do Cântico das Criaturas, há 800 anos, já defendia a manutenção de áreas anecúmenas para o florescimento da vida selvagem. Hoje em dia, O biólogo Edward Osborne Wilson defende uma estratégia semelhante, destinando metade do Planeta exclusivamente para a proteção dos animais. Para evitar o “holocausto biológico”, o plano denominado “*Half Earth*”, prevê a criação de cadeias de corredores ininterruptos de vida selvagem, alguns deles grandes o bastante para abrigar parques nacionais de biodiversidade, idealizados para impedir o desaparecimento de espécies (014). Também Caroline Fraser (2009), em seu livro “*Rewilding the world*”, propõe redelimitar o espaço da economia e a presença humana, garantindo que áreas crescentes que foram ocupadas voltem para a vida selvagem.

5 Ecologia integral versus ecologia profunda

Uma das novidades mais destacadas da encíclica Laudato Sí refere-se à ecologia integral, conceito que coroa a ideia de que tudo está interligado no mundo. A ecologia integral reconhece que a humanidade enfrenta uma crise estrutural em múltiplas dimensões: um grande contingente de pessoas vivendo na pobreza, disparidades extremas de renda, o aumento da competição por recursos

(incluindo energia, terra e água), ecossistemas severamente degradados, Estados-nação falidos e mudanças climáticas cada vez mais fora de controle: “Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (§ 139). É a primeira vez que a Santa Sé estabelece uma relação tão estreita e interligada entre as condições econômicas, a justiça social e a ecológica.

Pelo lado teológico, a encíclica convida a todas as pessoas de boa vontade a cuidar da casa comum, o que não se resume à natureza, mas a todas as relações interpessoais e com Deus, o Criador de tudo e de todos. A visão da ecologia integral, portanto, é sistêmica e busca integrar todos com todos e tudo com tudo. Desta forma, o Deus criador é a essência que unifica um só mundo e um só projeto comum. Como diz a encíclica: “Tendo em conta que o ser humano também é uma criatura deste mundo, que tem direito a viver e ser feliz e, além disso, possui uma dignidade especial, não podemos deixar de considerar os efeitos da degradação ambiental, do modelo atual de desenvolvimento e da cultura do descarte sobre a vida das pessoas” (§ 43).

A ecologia integral é, sem dúvida, um avanço no trato articulado e conjunto das questões econômicas, sociais e ambientais, além ser uma porta aberta ao diálogo com a Ética Ecocêntrica e os princípios da Ecologia Profunda. Grandes nomes do passado deram enorme contribuição aos estudos da natureza e da sociedade. O grande naturalista, poeta e filósofo Henry David Thoreau (1817-1862) foi um defensor da visão holística no trato da ecologia. Ele foi abolicionista, crítico dos males do desenvolvimento econômico, democrata, defensor de uma sociedade justa, fraterna e mais igualitária, formulador do princípio da “desobediência civil” e autor do livro *Walden*, que é uma defesa da vida simples e em harmonia com o meio ambiente. A obra e o exemplo de Thoreau influenciou grandes personalidades históricas, tais como Leon Tolstói, Mahatma Gandhi e Martin Luther King. Outra contribuição importante foi realizada por Aldo Leopold (1887-

1948), formulador de uma Ética Ecocêntrica, que enxerga a humanidade como parte de uma mesma “comunidade biótica” e defende o bom gerenciamento do meio ambiente. A Ética da Terra, de Leopold (1949), é um exemplo de holismo ambiental: “a ética da terra alarga as fronteiras da comunidade para nela incluir os solos, as águas, as plantas e os animais, ou coletivamente: a Terra” (p. 190).

Mas o termo “Ecologia Profunda” foi proposto pelo filósofo norueguês Arne Naess (1973) que, inspirado em Thoreau e Leopold, propôs uma mudança do paradigma antropocêntrico dominante (chamada de “ecologia rasa”) para uma concepção biocêntrica. Naess critica o antropocentrismo que vê o ser humano acima da natureza e como a fonte essencial de todo o direito, atribuindo à natureza um valor meramente instrumental. A ecologia rasa vê os seres humanos como superiores aos demais seres vivos e o ambiente natural como um recurso a ser utilizado pelos humanos. A ecologia profunda, ao contrário, considera que a natureza tem valor intrínseco, com igualdade entre as diferentes espécies. Como disse Fritjof Capra:

A ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano. Ele vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de ‘uso’, à natureza. A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo, não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida (CAPRA, 2006, p. 16).

Esta noção da Ecologia Profunda que vê o ser humano apenas como um “fio particular na teia da vida” difere, em grau, da concepção da Ecologia Integral da *Laudato Si'*, que vê o ser humano como um “administrador” da casa comum (natureza) e portador de uma “dignidade especial”. A diferença entre as duas visões é que a Ecologia Integral dá mais ênfase ao ser humano como detentor de direitos, enquanto a Ecologia Profunda enfatiza os direitos ambientais, pois, no longo prazo: “Não há direitos humanos duradouros sem direitos da natureza”

(ALVES, 2014). Um dos pontos fulcrais entre as duas perspectivas é o posicionamento sobre os valores instrumentais e os valores intrínsecos da natureza. Segundo Gudynas (2010):

Uno de los frentes de análisis y debates más activos en el amplio campo del ambiente y el desarrollo se ha enfocado en el reconocimiento de valores intrínsecos en la Naturaleza, donde ésta pasa a ser sujeto de derechos. Como la postura tradicional ha sido entender al ambiente como objeto al servicio del ser humano, ese reconocimiento conlleva rupturas en varios terrenos, involucrando novedades como el reconocimiento de derechos propios de la Naturaleza, redefiniciones del concepto de ciudadanía, hasta llegar a las concepciones sobre la justicia. Ese debate a su vez refleja tensiones más profundas, que podrían calificarse como incomodidades, críticas o rupturas con la Modernidad, en tanto allí están las raíces de las valoraciones antropocéntricas (GUDYNAS, 2010, p. 47).

O Equador foi o primeiro país a reconhecer os direitos da natureza em sua nova Constituição. A constituição equatoriana refere-se à Natureza, tanto no sentido de Gaya (LOVELOCK, 1989), quanto no sentido de Pachamama, ideia invocada por vários povos indígenas para se referir ao local de onde se reproduz e se realiza a vida. O reconhecimento dos direitos da Natureza e o fortalecimento da perspectiva biocêntrica possuem diversas implicações, como mostrou Gudynas (2010):

Es importante advertir que el biocentrismo no niega que las valoraciones parten del ser humano, sino que insiste en que hay una pluralidad de valores que incluye los valores intrínsecos. Otros aspectos de esta situación se discuten más adelante, pero aquí ya es necesario señalar que esta postura rompe con la pretensión de concebir la valoración económica como la más importante al lidiar con el ambiente, o que ésta refleja la esencia de los valores en todo lo que nos rodea. Por el contrario, el biocentrismo alerta que existen muchos otros valores de origen humano, tales como aquellos que son estéticos, religiosos, culturales, etc., les suma valores ecológicos (tales como la riqueza en especies endémicas que existe en un ecosistema), e incorpora los valores intrínsecos. Al reconocer que los seres vivos y su soporte ambiental tienen valores propios más allá de la posible utilidad para los seres humanos, la Naturaleza se vuelve sujeto (GUDYNAS, 2010, p. 52).

A encíclica *Laudato Si'* diz: “A crítica do antropocentrismo desordenado não deveria deixar em segundo plano também o valor das relações entre as pessoas [...] Com efeito, não se pode propor uma relação com o ambiente, prescindindo da relação com as outras pessoas e com Deus” (§ 119). Todavia, a carta papal

considera que esse antropocentrismo desordenado deveria ser ordenado e não substituído pelo biocentrismo. Contudo, até pensadores católicos reconhecem os valores biocêntricos. O doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, José R. Junges (2001) escreveu sobre o impasse entre antropocentrismo e biocentrismo na discussão da ética ecológica. Ele considera que somente o ser humano levanta questões éticas e constrói discursos éticos. Nesse sentido, não se pode fugir do "princípio antropotópico" da ética. Porém, diz Junges (2001):

Mas, enquanto ecológica, a ética necessita ser biocêntrica, porque o seu objeto central de consideração moral é a vida em suas inter-relações. Nesse sentido a natureza é merecedora de consideração moral não só enquanto serve a interesses humanos, mas em si mesma por ser a matriz da vida. A ética ecológica é a primeira tentativa de alargar a abrangência da consideração moral para além dos humanos (JUNGES, 2001, p. 66).

A ética biocêntrica e o reconhecimento dos direitos da natureza implicam, necessariamente, em uma relação especial com as outras espécies, mormente, com os animais sencientes, embora não impeça o uso e o aproveitamento dos recursos naturais, senão que estabelece condições e responsabilidades que devem ser observadas neste uso. Assim, considerar os valores intrínsecos da natureza implica uma crítica radical ao modelo de produção e consumo denominado “Extrai-Produz-Descarta” (CAVALCANTI, 2012) e delimitar um espaço seguro e justo para a humanidade (RAWORTH, 2012).

6 Modernidade, teoria da dependência e livre mercado

A tese central da encíclica *Laudato si'* é o cuidado da casa comum, sendo que o próprio título realça os dois alicerces da carta: Louvado seja o Senhor pela beleza da criação e Louvado seja a responsabilidade do ser humano por cuidar de si e do restante dos seres vivos que habitam a casa comum. O papa Francisco se posicionou claramente contra as mudanças climáticas e contra as desigualdades de renda entre e dentro dos países.

A encíclica reconhece, com base em fundamentações científicas, que o ser humano é responsável pelo aquecimento global e a degradação dos ecossistemas. Ela reforça as conclusões dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática (IPCC) que afirmam as causas antropogênicas das mudanças climáticas. As atividades antrópicas também são responsáveis pela poluição, pela crise da água, pela acidificação dos oceanos, pela perda de biodiversidade e outros aspectos da crise ecológica. Neste sentido, a encíclica é um documento moderno, racional e que reforça os métodos da ciência no diagnóstico dos problemas econômicos e ecológicos. Não por coincidência, o prefixo grego Oikos (casa) é comum à economia (regras ou administração da casa) e à ecologia (estudo da casa). A encíclica é moderna também no chamamento à ação na busca de soluções para os desequilíbrios e as chagas que estão deteriorando as condições de vida das diversas espécies da “casa comum”.

Contudo a encíclica *Laudato Si'*, como era de se esperar, não está isenta de críticas, especialmente por parte dos “céticos do clima” e das forças neoliberais, defensoras do livre mercado. Enquanto o papa Francisco critica o “paradigma tecnocrático dominante” (§ 101), autores consideram que a encíclica é um retorno do catolicismo às posições medievais e anti-modernas. Kotkin (05/07/2015) diz: “O Papa Francisco abraça as ideias mais terríveis sobre a mudança climática e pode dar início a um novo feudalismo, interrompendo o progresso e penalizando os pobres do mundo em nome da segurança ambiental” (p.1). Reno (18/06/2015), editor do site “First Things on Religion and Public Life”, critica:

Diversos comentaristas acreditam, com toda certeza, na falsa alegação de que o Papa Francisco alinhou a Igreja com a ciência moderna. Eles dizem isso porque ele endossa a tese das mudanças climáticas. Mas isso é uma leitura superficial da *Laudato Si'*. Nesta encíclica, Francisco expressa sentimentos essencialmente anticientíficos, anti-tecnológicos e anti-progressistas. Na verdade, esta é talvez a mais anti-moderna encíclica desde o *Syllabus of Errors*, de 1864, do papa Pio IX, em termos de rejeição dos conceitos da era moderna (RENO, 2015, p. 1).

Enquanto o papa Francisco denuncia a “dívida ecológica, particularmente entre o Norte e o Sul, ligada a desequilíbrios comerciais com consequências no âmbito ecológico e com o uso desproporcionado dos recursos naturais efetuado historicamente por alguns países”(§ 51), o *Acton Institute* para o Estudo da Religião e da Liberdade - que promove uma sociedade livre e caracterizada pela liberdade individual e sustentada por princípios religiosos – defende o enfrentamento da crise ambiental por meio dos mecanismos de mercado. O diretor do Instituto, Kishore Jayabalan (18/06/2015) discorda da visão anti-mercado do papa Francisco: “Sua análise parcial negligencia o que os mercados e as finanças fizeram historicamente para proporcionar um ar mais limpo, água e maior segurança alimentar para milhões de pessoas no mundo todo” (p. 1).

O diretor de pesquisas do Acton Institute, Samuel Gregg (26/06/2015) é ainda mais contundente na crítica à encíclica *Laudato Si'*, assim como da exortação apostólica do papa Francisco, de 2013, *Evangelii Gaudium*. Ele reconhece que existem muitos aspectos da economia global que merecem críticas, especialmente a disfuncionalidade do setor financeiro. Mas ressalta em sua crítica:

Não obstante, a visão dessa encíclica sobre a realidade econômica contemporânea sofre de vários problemas conceituais, além de fazer uso de alegações que são empiricamente questionáveis. Em termos de degradação ambiental, *Laudato Si'* parece ignorar o fato de que a poluição mais significativa ligada à atividade econômica no século XX ocorreu como resultado dos esquemas de industrialização estatal centralmente planejada das antigas nações comunistas. Qualquer pessoa que tenha visitado a antiga URSS ou o Leste Europeu durante a vigência do comunismo, e testemunhando aquela paisagem frequentemente devastada, rapidamente atestará a validade dessa constatação. E há também, na encíclica, o uso da dicotomia “norte e sul” para descrever algumas das dinâmicas da economia global. Essa terminologia tem sido ocasionalmente utilizada por papas em um passado recente. Mas ela também reflete o aparato conceitual daquilo que é chamado de ‘teoria da dependência’: a noção de que os recursos – especialmente os recursos naturais – fluem da ‘periferia’ (países pobres) para o ‘centro’ (países ricos), beneficiando os ricos em detrimento dos pobres [...]. Essa caracterização da economia global, em grande parte formulada por economistas latino-americanos nos anos 1950, foi há muito desacreditada. Nem mesmo muitos economistas de centro-esquerda estão dispostos a defendê-la. Qual o país que enriqueceu dificultando o comércio e afugentando investimentos estrangeiros?” (GREGG, 2015, p. 1).

Jim Lakely (17/06/2015) do Heartland Institute, organização em defesa do livre mercado, sediada em Chicago, defende a visão dos “céticos do clima” e critica a encíclica papal:

O coração do Papa Francisco está no lugar certo, mas ele comete um erro grave colocando sua autoridade moral em apoio à agenda dos burocratas da Organização das Nações Unidas que apoiam o falso testemunho sobre as causas e consequências das alterações climáticas ao longo de décadas. Os dados observados desde o nascimento do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, da ONU, na década de 1990, não confirmam a hipótese de que a emissão de dióxido de carbono para energizar o mundo moderno está causando a crise climática. Simplificando, alguém da Pontifícia Academia de Ciências deveria ter dito ao Papa Francisco que toda calamidade prevista pelos burocratas da ONU há décadas não tem acontecido (LAKELY, 2015, p. 1).

Com medo da influência das ideias do Papa Francisco nas eleições dos Estados Unidos, em 2016, o candidato do partido Republicano, Jeb Bush disse: “Minha política econômica não virá do meu bispo, do meu cardeal ou do meu Papa”. Todavia, independentemente do debate entre as forças de direita e de esquerda, não há dúvida de que o papa Francisco elevou a preocupação com a saúde do planeta e com a crise dos ecossistemas a um alto grau de prioridade, colocando o tema na ordem do dia, pois, considerando o princípio de precaução, é necessário manter viva a discussão sobre a rápida deterioração das condições ambientais e não ignorar a possibilidade de desastres no futuro próximo.

7 Direitos sexuais e questões de gênero

Uma ampla corrente de críticas à encíclica *Laudato Si'* refere-se a ausência da discussão sobre as questões de gênero. A palavra gênero só aparece na carta papal quando se trata da sub-espécie humana (gênero humano). Mas toda a problemática das relações sociais de gênero não foi tratada e sequer mencionada. Ficaram de fora as desigualdades de gênero e as questões do sexismo e da homofobia, ou seja, dos direitos das mulheres e dos direitos da comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

Diversos autores argumentam que uma Ecologia Integral não poderia omitir reivindicações que afetam mais da metade da população humana.

Numerosos estudos mostram que o empoderamento feminino e o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos fortalecem o desenvolvimento sustentável e ajudam a combater a crise ambiental. Analisando a questão das desigualdades de gênero e meio ambiente, vários artigos da revista Estudos Feministas, como o de Freitas (2010) recomenda: “O que é possível e necessário indicar é a importância de se elaborar uma agenda de pesquisa e de ação transversal entre gênero, desenvolvimento e desastres socioambientais, para a produção de um conhecimento que instrumentalize a ação necessária e possível” (p. 898). Artigo de Deifelt (2013) propõe a união da teologia feminista com o ecofeminismo, como forma de enfrentar as desigualdades sociais de gênero e os problemas ambientais:

A teologia feminista reconheceu a complexidade da experiência das mulheres a partir da realidade de classes, cultura, raça ou etnia, religião e orientação sexual. Ela propõe resgatar a complexidade desta realidade, a fim de apontar caminhos que renovem toda a criação. Esta proposta requer mudanças de comportamento e posturas que sejam ecologicamente éticas. Uma abordagem ecofeminista afirma a rede de relacionamentos (entre seres humanos, entre estes e a criação, e de ambas com seu criador). Esta visão ecofeminista afirma o cuidado como imperativo ético, apontando para uma proposta de poder compartilhado, o respeito pela integridade da criação, o compromisso com os valores promulgados no movimento de Jesus, por ele mesmo, em seu ministério, ou na comunidade primitiva. A meta é sanar, sustentar e reconciliar a criação, que geme em dores. A partir de uma perspectiva ecofeminista, o lugar que os seres humanos assumem na criação não é de domínio irrestrito ou hierárquico, mas de profunda consciência da interrelacionalidade e interdependência entre as criaturas (DEIFELT, 2013, p. 120).

Comentando a encíclica Laudato Si’, Sarasini (19/06/2015) considera que é mais fácil para a Santa Sé aceitar o progressismo social e as mudanças climáticas do que a mudança das relações entre os humanos e a denominada “ideologia de gênero”:

Com efeito, não existe uma "teoria do gênero". Existem estudos, posições políticas sobre o gênero, ou seja, sobre o gênero sexual, sobre como ele está ou não em relação com o corpo, os sexos, a identidade. Depois, há os e as transgêneros, isto é, as pessoas que o profundo e doloroso desconforto por se encontrarem vivendo em um corpo e um sexo que não corresponde ao seu sentimento, decidem mudar de sexo. E há, obviamente, o reconhecimento dos direitos das pessoas homossexuais, incluindo o casamento. Então, por que contrapor *gender* e diferença sexual? É como assimilar o sexo à natureza, sem adjetivos. Em poucas palavras, mesmo aqueles que, como eu, como feminista, pensam que a diferença sexual é central, veem-na como uma relação – entre corpos de mulheres e de homens, desejos, construções sociais – e não como um puro fato da natureza. Em suma, é mais fácil que um papa e a Igreja aceitem o progressismo social do que a mudança das relações entre os humanos. Ele pode aceitar, na misericórdia, os homossexuais, mas não a comunidade LGBT. Pode falar do valor das mulheres, criticar a violência contra elas, mas não reconhecer a sua autodeterminação (SARASINI, 2015, p.1).

Desta forma, percebe-se que as lideranças dos estudos de gênero chamam a atenção para a semelhança entre a situação atual e a antiga mentalidade da esquerda, sempre pronta a derrubar o capitalismo, mas mantendo intimamente a essência do patriarcado e da heteronormatividade. Ou seja, fica claro que a ecologia integral que pretende lutar em defesa dos pobres e do meio ambiente não deveria deixar de incorporar o combate às desigualdades de gênero e a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos.

Considerações finais

A “Carta Encíclica *Laudato Si*” do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum”, divulgada oportunamente no dia 18 de junho de 2015, tornou-se, de imediato, o documento sobre ecologia mais importante do ano em que acontece três negociações de alto nível, entre julho e dezembro, que podem remodelar a agenda global: a) em julho de 2015, Conferência em Addis Abeba, na Etiópia, para traçar mecanismos de financiamento global ao desenvolvimento; b) em setembro, Assembleia Geral da ONU para aprovar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem orientar as políticas nacionais e globais até 2030; c)

em dezembro, reunião em Paris, da 21ª Conferência das Partes (COP-21) para adotar um novo acordo global para mitigar o aquecimento global.

A encíclica, que possui 246 parágrafos e 172 notas de rodapé, sem dúvida, enriquece o debate. A carta do Papa Francisco é um chamado à ação e à união de esforços que extrapola os limites das religiões e tem o potencial de mobilizar religiosos, místicos, cientistas, ativistas, ateus e outros grupos em defesa da Casa Comum (Gaya ou Pachamama), contra a degradação dos ecossistemas e em defesa da biodiversidade. Trata-se de um documento “ECOmênico”.

A encíclica do Papa Francisco, sem sombra de dúvidas, qualificou a discussão sobre a crise ecológica e reforçou os principais consensos científicos sobre o aquecimento global e a degradação da natureza. Ela contém uma crítica dura e contundente ao “paradigma tecnocrático dominante” (§ 101), mas não deixa de reconhecer que “A tecnociência, bem orientada, pode produzir coisas realmente valiosas para melhorar a qualidade de vida do ser humano, desde os objetos de uso doméstico até aos grandes meios de transporte, pontes, edifícios, espaços públicos” (§ 103). Porém, adverte que “cresce continuamente a possibilidade de o homem fazer mau uso do seu poder quando ‘não existem normas de liberdade, mas apenas pretensas necessidades de utilidade e segurança’” (§ 105).

O Papa Francisco propõe integrar a justiça social e a justiça ambiental, ouvindo tanto “o clamor da terra quanto o clamor dos pobres” (§ 49). Ele faz um chamamento a uma ação política que supere a estratégia de curto prazo e que deixe de estar dominada pelos interesses econômicos, pois “a proteção ambiental não pode ser assegurada somente com base no cálculo financeiro de custos e benefícios. O ambiente é um dos bens que os mecanismos de mercado não estão aptos a defender ou a promover adequadamente” (§ 190). A encíclica reafirma que a sobrevivência da humanidade depende da proteção do mundo natural, da superação da dependência aos combustíveis fósseis e da mudança do modelo de acumulação que leva ao consumismo obsessivo e à cultura do descarte, ou seja, à cultura do luxo e do lixo.

Como visto anteriormente, diversos setores da sociedade que adotam uma postura pró-capitalista, consideram que o Papa Francisco reforça uma postura anti-moderna, contra o crescimento econômico e oposta ao livre mercado. Por outro lado, setores de esquerda, feministas e ativistas da causa LGBTTTT criticam a ausência da temática de gênero, assim como a lacuna de temas voltados para a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Todavia, as críticas não invalidam o posicionamento da Santa Sé, pois, indubitavelmente, a encíclica *Laudato Si'* é um ponto de inflexão nas discussões sobre as crises social e ecológica, os desafios mais candentes da contemporaneidade.

A carta do Papa pode ser vista, antes de tudo, como uma mensagem de compaixão, amor e defesa dos pobres e do meio ambiente. Como um documento aberto ao diálogo, faz-se necessário que os diversos setores da sociedade (acadêmicos, sociedade civil, políticos, religiosos, etc.) participem das discussões sobre a agenda do desenvolvimento sustentável, em suas diversas acepções, e das mudanças climáticas. Certamente, as questões de gênero e os princípios da ecologia profunda, resumidos neste artigo, poderão contribuir no esforço do “cuidado da casa comum”, em harmonia com o espírito ecológico de São Francisco de Assis e na busca de uma “solidariedade universal”.

REFERÊNCIAS

ALVES, JED. População, desenvolvimento e sustentabilidade: perspectivas para a CIPD pós-2014. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 219-230, jan./jun. 2014

ALVES, JED. Desinvestimento em combustíveis fósseis e o fim dos subsídios, **Ecodebate**, Rio de Janeiro, 05 jun. 2015. Disponível em: < <http://www.ecodebate.com.br/2015/06/05/desinvestimento-em-combustiveis-fosseis-e-o-fim-dos-subsidios-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 17 jul. 2015a.

ALVES, JED. O Papa, o aquecimento global e a encíclica ecológica. **Ecodebate**, Rio de Janeiro, 24 jun. 2015. Disponível em: < <http://www.ecodebate.com.br/2015/06/24/o-papa-o-aquecimento-global-e-a-enciclica-ecologica-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 17 jul. 2015b.

ALVES, JED. Pegada Ecológica: e se eliminarmos os países ricos?, **Ecodebate**, Rio de Janeiro, 19 jul. 2013. Disponível em: < <http://www.ecodebate.com.br/2013/07/19/pegada-ecologica-e-se-eliminarmos-os-paises-ricos-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 17 jul. 2015

AZARIADIS, Costas. The theory of poverty traps: what have we learned? In: BOWLES S.; DURLAUF S.; HOFF, K. (Ed.). **Poverty Traps**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BECK, U. GIDDESN, A. LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BUARQUE, Cristovam. Teologia da Harmonia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jun. 2015. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/opiniao/teologia-da-harmonia-16573680>>. Acesso em: 15 jul. 2015

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos avançados**, São Paulo v.26, n. 74, p.35-50, 2012.

CRUTZEN, P. J. Geology of Mankind. **Nature**, USA, v. 415, n. 23, 2002.

DALY, Herman. Economics for a Full World, **Great Transition Initiative**, June 2015. Available at: < <http://www.greattransition.org/publication/economics-for-a-full-world>>. Access: July 21, 2015

DEIFELT, Wanda. Corporeidade como ponto de encontro entre a teologia feminista e o ecofeminismo. **Caminhos**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 109-122, jul./dez. 2013

DURLAUF; SN; HOFF, K. **Poverty Traps**. New York: Russell Sage Foundation, 2006.

END OF SPECIESISM. **Dia mundial (22 agosto 2015) contra o Especismo**. Disponível em: < <http://end-of-speciesism.org/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

ERADICATING ECOCIDE, 2015. Disponível em: < <http://www.eradicatingecocide.com/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FRASER, Caroline. **Rewilding the World: Dispatches from the Conservation Revolution**. New York: Metropolitan Books, 2009.

FREITAS, Rosana. A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v.18, n.3, p. 888-899, Sept./Dec. 2010.

GRAY, Jonh. **The Silence of Animals: On Progress and Other Modern Myths**. London: Farrar, Straus and Giroux, 2013.

GREGG, Samuel. A encíclica Laudato Si: bem intencionada, mas economicamente insensata, **Acton Institute**, 26 jun. 2015. Disponível em: < <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2125>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

GUDYNAS, E. La senda biocéntrica: valores intrínsecos, derechos de la naturaleza y justicia ecológica. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 13, p. 45-71, julio-diciembre, 2010.

HISS, Tony. Can the World Really Set Aside Half of the Planet for Wildlife? **Smithsonian Magazine**, September 2014. Available at: < <http://www.smithsonianmag.com/science-nature/can-world-really-set-aside-half-planet-wildlife-180952379/>>. Access: Feb 02, 2015.

HUESEMANN, Michael and Joyce. **Techno-Fix: Why Technology Won't Save Us or the Environment**. **Gabriola Island**: New Society Publishers, 2011

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-Francisco). **Carta Encíclica Laudato Si' do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum**, Vaticano, Roma, 24 maio 2015. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 05 jun. 2015.

JAYABALAN, Kishore. Don't blame markets, but sin for environmental problems. **Acton Institute**, 18 June 2015. Available at: < <http://www.acton.org/global/article/dont-blame-markets-sin-environmental-problems#>>. Access: July 21, 2015.

JUNGES, José Roque. Ética ecológica: antropocentrismo ou biocentrismo?. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 33, n. 89, p.33-66, 2001.

KANT, E. Que és la ilustración?. In: ÍMAZ, Eugenio (Org.). **Filosofia de la historia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1985. p. 25-38.

KOLBERT, Elizabeth. **The Sixth Extinction: an unnatural history**. New York: Henry Hol, 2014.

KOTKIN, Joel. Green. Pope Goes Medieval on Planet, **The Daily Beast**, 05 July 2015. Available at: < <http://www.thedailybeast.com/articles/2015/07/05/green-pope-goes-medieval-on-planet.html>>. Access: July 20, 2015.

LAKELY, Jim. Participants in Heartland Institute Mission to Vatican Comment on Pope Francis's Encyclical on the Environment, **The Heartland Institute**, 17/06/2015. Available at: < <https://www.heartland.org/press-releases/2015/06/17/participants-heartland-institute-mission-vatican-comment-pope-franciss-enc>>. Access: July 20, 2015.

LATOUCHE, S. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LEOPOLD, Aldo, **A Sand County Almanac**. Oxford: Oxford University Press, 1949.

LOVELOCK, James. **Gaia: Um Novo Olhar sobre a Vida na Terra**. Lisboa: Edições 70, 1989.

MEADOWS, DH; MEADOWS DL; RANDERS, J.; BEHERENS, W. (Ed.). **The limits to Growth**. New York: Universe Books, 1972

NAESS A. The shallow and the deep, long-range ecology movements: a summary. **Inquiry**, Oslo, v.16, n. 1, p. 95-100, 1973.

NATIONAL CATHOLIC REPORTER. **We must get beyond the 'Humanae Vitae' impasse**. 26/01/2015. Available at: < <http://ncronline.org/news/theology/editorial-we-must-get-beyond-humanae-vitae-impasse>>. Access: Jan 30, 2015.

PLANETARY BOUNDARIES 2.0 – NEW AND IMPROVED, **Stockholm Resilience Centre**, Stockholm. Janeiro 2015. Disponível em: <<http://www.stockholmresilience.org/21/research/research-news/1-15-2015-planetary-boundaries-2.0---new-and-improved.html>>. Acesso em: 04 Jun. 2015.

RAWORTH, K. **Um espaço seguro e justo para a humanidade**. Podemos viver dentro de um “Donut”? (Textos para discussão). Oxfam, fevereiro de 2012 .

RENO, R. R. The Return of Catholic Anti-Modernism, **First Things**, 18 June 2015. Available at: < <http://www.firstthings.com/web-exclusives/2015/06/the-return-of-catholic-anti-modernism>>. Access: July 18, 2015.

RIECHMANN, Jorge. Hacia una agroética. Considerações sobre ética ecológica y actividad agropecuaria. In: RIECHMANN, Jorge (Coord.). **Ética Ecológica**: propuestas para una reorientación. Editorial Nordan-Comunidad, Montevideo, 2004

ROCKSTRÖM, Johan. The Climate Pope, **Project Syndicate**, 19 June 2015. Available at: < <http://www.project-syndicate.org/commentary/pope-francis-global-warming-by-johan-rockstrom-2015-06> >. Access: July 18, 2015.

SARASINI, Bia. Papa defende a ecologia e ataca a ideologia de gênero: uma contradição ou uma escolha? **TheHuffingtonPost.it**, IHU, 19/06/2015. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/543817-papa-defende-a-ecologia-e-ataca-a-ideologia-de-genero-uma-contradicao-ou-uma-escolha>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Porto Alegre: Editora Lugano, 1990.

SOARES, Vania M. N. et al. Intenções reprodutivas de mulheres que vivenciam regime de alta fecundidade em um grande centro urbano. **Saúde soc**, São Paulo, v.22, n.3, Jul./Set. 2013.

STENGERS, I. **Au temps des catastrophes**: Résister à la barbarie qui vient. Paris: Éditions La Découverte, 2009.

THE PEW FORUM ON RELIGION AND PUBLIC LIFE. 2012, dez. Washington, DC. **The Global Religious Landscape**, 2010. Pew Research Center.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

WWF. Relatório Planeta Vivo 2014, **Planeta Vivo**, Switzerland, 30 set. 2014. Disponível em: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/relatorio_planeta_vivo/. Acesso em: 10 jul. 2015.